

# CONSTITUINTE: A COMISSÃO REÚNE-SE HOJE.

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que volta a reunir-se hoje pela segunda vez, às 14h30, no antigo Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, para aprovar seu regimento interno e programa de trabalho, está fazendo um apelo a todos os brasileiros para que enviem, individualmente ou por meio de organizações sociais, sugestões e idéias para a nova Constituição.

Com esse apelo, a comissão objetiva ampliar, o mais possível, a participação popular na elaboração da nova Carta Magna e, para tanto, solicita, também, aos meios de comunicação de todo o País, que contribuam para o esclarecimento popular sobre a natureza e os fins da Assembléa Nacional Constituinte e a importância da Constituição.

As sugestões podem ser enviadas diretamente aos membros da comissão, nas cidades onde residem, ou à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Ministério da Justiça, sala 421, Brasília-

DF, CEP 70004, ou para a presidência da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, av. Marechal Floriano, 190, Rio de Janeiro.

A decisão de fazer esse apelo à população foi tomada durante a primeira plenária da comissão provisória, no último dia 3, no Ministério da Justiça, com a finalidade de despertar a sociedade para a dimensão da Constituinte, as perspectivas que a feitura de uma nova Carta Magna oferece para o aperfeiçoamento democrático e as conquistas sociais.

## Cartas

Na correspondência que já recebeu, com toda uma série de sugestões, o que mais transparece é exatamente o desejo de múltiplos setores da população, de participar, de influir na elaboração da nova Constituição do País. Na numerosa comunidade evangélica, notadamente nas Assembléias de Deus, isto é quase uma obsessão, tal o volume de cartas, enviadas de todos os pontos do território nacional, pedindo a inclusão de repre-

sentantes evangélicos na comissão.

Manifestações no mesmo sentido têm chegado à secretaria executiva da comissão, no gabinete do ministro da Justiça, partidas de trabalhadores, urbanos e rurais, advogados, juizes, serventuários da Justiça, comunicadores, professores, funcionários públicos, médicos, transportadores de carga, engenheiros, arquitetos, agrônomos, pequenos empresários, prefeitos, deputados estaduais e, principalmente, vereadores.

Muitas sugestões dizem respeito "a própria Constituinte — no sentido de que ela seja precedida de um amplo debate nacional e também para que o Congresso Nacional não seja transformado em Constituinte, nem a Constituinte seja transformada em Congresso. Enfim, para que a nova Constituição brasileira seja elaborada por uma Assembléa Nacional Constituinte, a ser extinta com a promulgação da nova Carta Magna.

Outra sugestão, relacionada com a Constituinte e muito repisada

da, refere-se à apresentação de candidaturas avulsas à Assembléa Nacional Constituinte, para permitir a participação de pessoas desvinculadas da vida partidária e, dessa forma, assegurar uma representatividade ainda mais ampla aos futuros constituintes. Segundo os defensores da idéia, a adoção desta medida contribuiria para a elaboração de uma Constituição melhor sintonizada com os anseios de toda a população.

Há também protestos, vindos de várias partes do País, contra a criação de uma comissão de juristas para a elaboração de um anteprojeto de Constituição. Entendem os signatários que a elaboração da Carta Magna é tarefa exclusiva dos futuros constituintes.

As sugestões enviadas incluem pontos como a dinamização da Justiça (e também sua federalização), a reforma agrária, a reforma da legislação trabalhista, da Lei de Greve, da legislação eleitoral (de forma a estender o direito de voto aos cabos e sargentos), a reforma tributária (visando a devolver a autonomia financeira aos Estados e municípios), a redução dos mandatos de prefeitos e vereadores (a favor e, principalmente, contra), a redivisão territorial (com a duplicação do número de Estados), a extinção do SNI e da Lei de Segurança Na-

cional, a correção trimestral de salários, a troca do serviço militar obrigatório pelo serviço civil obrigatório (que consistiria na prestação compulsória de serviços, durante um ano, por parte dos recém-formados, onde fossem enviados pela União), proteção para as mães adotivas (contra as pressões e exigências das mães verdadeiras, após a doação dos filhos), a restauração da correta proporcionalidade nas bancadas estaduais na Câmara dos Deputados (eliminando-se o limite máximo de 60 representantes por Estado), a garantia de direitos básicos (à educação, saúde, trabalho, habitação, à ampla segurança individual, e o respeito aos direitos humanos — pontos que o Conselho Comunitário de Vila Velha, ES, quer ver garantidos na nova Constituição), contra o voto obrigatório, contra o aborto, revisão da lei contra discriminação racial (com vistas ao seu aperfeiçoamento), em defesa do índio (pelo efetivo cumprimento do Estatuto do Índio), pela realização de eleições primárias para presidente, governador e prefeito, pelo aproveitamento integral da lei de direitos humanos promulgada pela ONU, pela revogação da estrutura jurídica federal criada pelo autoritarismo (sugestão do Instituto dos Arquitetos do Brasil), pela criação

do Ministério da Defesa (em substituição aos três ministérios militares).

## Igreja

Os bispos das 15 dioceses do Rio Grande do Sul — entre elas, o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Ivo Lorscheiter — divulgaram ontem, em Porto Alegre, depois de debaterem também as questões do desemprego e reforma agrária, o documento em que defendem a criação de uma Assembléa Nacional Constituinte exclusiva, "livre de interferência dos poderes constituintes", pois não é "admissível que o Brasil seja confundida com o Congresso Nacional ou subordinada a ele".

O documento dos bispos destaca ser essencial "que as atuais lideranças do País compreendam a suma responsabilidade de neste momento histórico assumirem amplamente no apoio das classes da sociedade, desejosas de contribuir na fixação das novas normas de abertura de novos rumos". Para os bispos, "a campanha eleitoral deve ficar imune ao poder econômico, garantindo a todos os candidatos, ricos ou pobres, igual acesso aos meios de comunicação social".

"Além da via partidária", segue o documento, "devem ser proporcionados outros caminhos para que os novos líderes sociais, sobretudo aqueles que têm demonstrado vocação para traduzir os anseios das classes menos favorecidas, possam concorrer à Assembléa Nacional Constituinte. A participação popular no debate das questões constitucionais precisa ser estimulada, seja no período eleitoral, seja durante a reunião da Assembléa, para o que se recomenda todo os canais possíveis. Na futura Constituição se espera que seja valorizada principalmente a parte que garante os direitos fundamentais do homem, sobre tudo os ligados à vida, à dignidade, à pessoa, ao trabalho, à educação, à família, com a criação de instrumentos simples e eficientes para que esses direitos não permaneçam meras declarações programáticas". Os bispos reivindicam, ainda, que o projeto final da Constituição seja submetido a referendo popular.